



AMPLIANDO A DIVERSIDADE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DE UM CURSO PREPARATÓRIO

Amanda Souza dos Santos^{1,2*} , *Verônica Marques Feliciano da Silva*^{1,2} , *Gabriel Soares Figueiredo Barros*^{1,3} , *Guilherme Gama*^{1,2} , *Carolina Leão de Souza e Silva*^{1,4} , *Tauany Rodrigues*^{1,5} , *Bruno Umbelino*^{1,4} , *Rafael dos Santos Reis*^{1,6} 
& *Pedro Paulo da Silva Ferreira*^{1,2} 

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Av. Carlos Chagas Filho, 373, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Departamento de Ecologia, Laboratório de Ecologia Vegetal, Av. Carlos Chagas Filho, 373, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³Universidade Federal Fluminense, Departamento de Biologia Marinha, Laboratório de Ecologia e Conservação de Ambientes Recifais, Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas, s/n, *Campus* Gragoatá, Bloco M, São Domingos, CEP 24410-201, Niterói, RJ, Brasil.

⁴Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Departamento de Ecologia, Laboratório de Vertebrados, Av. Carlos Chagas Filho, 373, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁵Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Departamento de Ecologia, Laboratório de Limnologia, Av. Carlos Chagas Filho, 373, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁶ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Departamento de Zoologia, Laboratório TaxoN (Laboratório de Polychaeta), Av. Carlos Chagas Filho, 791, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21941-599, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mails: amandassantos2311@gmail.com (*autor correspondente); veronica.bio.eco@gmail.com; gabriel.sfb Barros@gmail.com; guilhermegamaw@gmail.com; carolinaleaoss@gmail.com; tauanyrodrigues27@gmail.com; brunosilvasantos27@gmail.com; rafael.s.reis@hotmail.com; ppsf.bio@gmail.com

Resumo: A Lei de Cotas ampliou o acesso de pessoas negras e de baixa renda às universidades, entretanto a pós-graduação permanece sendo um gargalo para a trajetória acadêmica destes grupos. O Programa de Pós-Graduação em Ecologia (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro é um retrato desta situação, com um corpo discente e docente majoritariamente branco. Neste estudo, compartilhamos os resultados obtidos com um curso preparatório para o exame de seleção do programa direcionado para autodeclarados de baixa renda e/ou negros. O curso foi realizado remotamente, com resolução de questões de exames anteriores mediada pelos discentes do PPGE. O índice de aprovação dos inscritos no curso foi de 67%. A iniciativa do curso preparatório, principalmente se apoiada por ações afirmativas, é uma importante ferramenta para ampliar o acesso de grupos minorizados à pós-graduação. Entretanto, para garantir inclusão e justiça social, é preciso considerar também estratégias de permanência para estes grupos.

Palavras-chave: ações afirmativas; desigualdade; inclusão; justiça social; representatividade.

EXPANDING DIVERSITY IN THE POSTGRADUATE PROGRAM IN ECOLOGY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO THROUGH A PREPARATORY COURSE: The Brazilian Affirmative Action Law expanded access to universities for Black and low-income people. However, postgraduate studies remain as a bottleneck in the academic path for these groups. The Ecology Postgraduate Program (PPGE) at the Universidade Federal do Rio de Janeiro reflects this situation, with predominantly white students and professors. In this study, we share the results obtained from a preparatory course for the program's selective exams directed to low-income and/or Black individuals. The course was conducted remotely, with students from the PPGE assisting in solving previous exam questions. The pass rate for the course was 67%. The initiative of the preparatory course, especially if supported by affirmative actions, is an important tool to broaden access for marginalized groups to postgraduate education. However, to ensure inclusion and social justice, strategies for the permanence of these groups must also be considered.

Keywords: affirmative actions; inclusion; representativeness; social inequality; social justice.

As instituições de ensino superior no Brasil são marcadas por um processo de exclusão social. Tal exclusão resulta do surgimento destas instituições ancoradas em uma noção eurocêntrica de civilização (Santos 1998) e da desvalorização e abandono do ensino básico público (Costa & Picanço 2020). Mesmo em instituições de ensino superior públicas, foram excluídos, desde o seu surgimento, mulheres, negros, indígenas e pobres (Santos 1998). Um extenso histórico de lutas destes grupos vem ampliando seu acesso às universidades, trabalhando tanto por melhorias na educação pública básica quanto por justiça social no acesso às universidades públicas. Apesar disso, alguns gargalos ainda perpetuam as desigualdades entre os concluintes de cursos do ensino superior. Uma evidência destes gargalos pode ser observada nas pós-graduações brasileiras, onde a diversidade que hoje vemos nos cursos de graduação ainda não se faz presente (Martins *et al.* 2021).

Um importante marco para a democratização do acesso ao ensino superior foi a sanção da Lei de Cotas (Brasil 2012), que estabelece que as instituições federais de educação superior devem reservar 50% de suas vagas para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Após passar por revisão, a Lei de Cotas passou a determinar que metade das vagas reservadas se destina a candidatos com renda familiar igual ou inferior a 1 salário mínimo per capita, enquanto o preenchimento das vagas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência obedece à proporção de pessoas nestes grupos na unidade da Federação onde a instituição de ensino se encontra (Brasil 2023). A Lei de Cotas entra no âmbito das medidas conhecidas como ações

afirmativas, que são políticas criadas com objetivo de promover a reparação e superação das desigualdades sociais, garantindo a universalidade de direitos (Piovesan 2005).

De 2011 para 2019, a parcela de pessoas negras cursando ou concluindo a graduação no Brasil quase dobrou, passando de 20% para 36% (Carreira & Heringer 2021). Dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostram que, cinco anos após a promulgação da Lei de Cotas, a fração de pessoas com baixa renda familiar na universidade passou de 8,7%, em 2012, para 15,9% em 2017 (Carreira & Heringer 2021). Entretanto, esta ampliação de acesso não se perpetua até os cursos de pós-graduação. Em 2020, apenas 15,4% dos mestrandos e doutorandos no Brasil eram negros (GIFE 2022), o que está aquém da representação dos negros na graduação e dos 56% da população brasileira que se autodeclara negra (IBGE 2022). Não foram encontradas estimativas da presença de pessoas com baixa renda na pós-graduação, mas sabe-se que os principais grupos a evadir dos cursos de graduação são homens negros e com baixa renda (Costa & Picanço 2020). Os principais motivos para a evasão nos cursos de graduação são fatores socioeconômicos, como a necessidade de conciliar trabalho com os estudos e o nível de incerteza quanto a carreira escolhida (Costa & Picanço 2020). Neste cenário, é importante considerar que negros constituem 75,2% das pessoas com menores rendimentos no Brasil (IBGE 2019).

Além de negros e pessoas com baixa renda, mulheres também já enfrentaram dificuldades para acessar as universidades. Atualmente, são maioria nas graduações e pós-graduações, embora sigam como minoria nos cargos de docente de ensino

superior (IBGE 2021, CAPES 2022). As mulheres têm menor representatividade especialmente na área das Ciências Exatas (IBGE 2021). O baixo número de mulheres em cargos acadêmicos elevados ou recebendo bolsas de pesquisa de alta produtividade recebeu o nome de “efeito tesoura” (Hipolito *et al.* 2021, Cândido 2023), uma vez que estas mulheres têm acesso à graduação e à pós-graduação, mas não atingem cargos efetivos e estabilidade na carreira acadêmica. Fatores que influenciam as dificuldades ainda encontradas pelas mulheres em suas trajetórias acadêmicas são viés implícito nos processos seletivos, estereótipos de gênero e maternidade (Friesenhahn & Beauldry 2014, Machado *et al.* 2019).

Outros grupos sub-representados em universidades e pós-graduações são pessoas transgênero e pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência foram incluídas na Lei de Cotas através de uma modificação no ano de 2016 (Brasil 2016). Para transgêneros, entretanto, as discussões sobre cotas só foram iniciadas mais recentemente. Um projeto de lei voltado para a reserva de vagas para transexuais nas universidades do estado do Rio de Janeiro foi protocolado apenas em 2023 (Pessoa 2023). Cerca de 3 milhões de brasileiros, 2% da população, são transgêneros ou não-binários (Spizzirri *et al.* 2021). Entretanto, estes grupos representam apenas 0,3% dos alunos matriculados em universidades federais brasileiras (Gomes *et al.* 2019).

Considerando os contrastes observados entre a população e os discentes de pós-graduações brasileiras, neste estudo descrevemos nossa experiência com a implementação de um curso preparatório para a realização dos exames de admissão no Programa de Pós-Graduação em Ecologia (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso preparatório surgiu como uma iniciativa coordenada por discentes do programa com o objetivo de ampliar o acesso para grupos que se encontram ainda sub-representados no ambiente da pós-graduação. Atualmente, o PPGE conta com 28 professores em seu corpo docente, composto majoritariamente por pessoas brancas, das quais apenas oito são mulheres. A seleção para mestrado e doutorado de 2021 foi a primeira seleção do programa com cotas raciais, cotas para indígenas, transgêneros e pessoas com deficiência.

A iniciativa do curso preparatório foi posta em prática em outubro de 2022, sendo voltada para os candidatos interessados em ingressar no PPGE no

ano de 2023. As vagas do curso preparatório foram voltadas para negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas pertencentes às classes econômicas D e E, mães, transgêneros e pessoas com deficiência, internos ou externos à UFRJ. A alocação das pessoas nas mencionadas classes foi feita com base em sua autodeclaração. Além de preencher um formulário de inscrição (Material Suplementar – a S1), os interessados em participar do curso preparatório enviaram um vídeo breve relatando sua experiência acadêmica e afirmando sua autodeclaração, sendo todo o processo de inscrição e desenvolvimento (*e.g.*, aulas, materiais) disponibilizados de forma gratuita. Para esta publicação, os dados foram tratados sob licença concedida pelo Comitê de Ética da UFRJ (CAAE: 68638823.3.0000.5286). O curso foi divulgado por via oral e através de postagens nas redes sociais do PPGE, atingindo assim um público majoritariamente da própria UFRJ, vinculado a laboratórios do programa ou que já apresentava interesse em ingressar no PPGE.

O exame de seleção do PPGE consiste em quatro etapas: I) prova discursiva de conhecimentos ecológicos; II) prova discursiva de língua inglesa; III) redação e defesa de um plano de trabalho, o equivalente ao projeto de mestrado/doutorado; e IV) análise de currículo. Assim, o curso consistiu em grupos de discussão e oficinas de preparação para defesa oral dos projetos individuais, mediados por discentes voluntários do PPGE. Dentre os discentes voluntários, quatro eram mestrandos, seis eram doutorandos e um era pós-doutorando do programa. As discussões foram voltadas para a solução de questões de Ecologia dos exames aplicados pelo programa em anos anteriores, além de atender dúvidas dos alunos sobre o conteúdo programático da prova e sobre o processo de seleção. Ao todo, foram realizados 20 encontros dos grupos de discussão com duração de 2h cada, totalizando uma carga horária de 40h de curso. Os grupos de discussão aconteceram entre outubro e novembro de 2022, com três encontros semanais (terças, quintas e sábados), iniciando às 18h para contemplar candidatos que estivessem em atividade durante o horário comercial. Todos os encontros foram realizados de forma remota para garantir a participação de pessoas que moravam distante do *campus* Fundão da UFRJ, onde se localiza o PPGE, ou fora do estado do Rio de Janeiro.

O curso preparatório recebeu inscrições de 16 candidatos, sendo 18% dos inscritos egressos da

UFRJ, enquanto a maioria era oriunda de outras universidades públicas e privadas do país. A maioria dos candidatos era residente do estado do Rio de Janeiro, porém dois candidatos residiam em São Paulo e uma candidata, que não era brasileira, residia no Peru. A maioria dos inscritos se autodeclarou negra (68,75%) e pertencente às classes econômica D e E (62,5%). Apenas uma candidata era mãe. Destes 16 inscritos, nove prestaram o exame de seleção para o curso de mestrado do PPGE, sendo que três deles concorreram às vagas de ações afirmativas para negros. Apenas uma das inscrições recebidas para o curso foi de um candidato interessado em ingressar no doutorado, porém o candidato em questão não realizou o exame de seleção. A dificuldade em conciliar trabalho e estudos esteve entre as justificativas de alguns alunos que não realizaram a seleção, em alguns casos as aulas do curso preparatório se somavam ainda ao período final da graduação destes alunos. O índice de aprovação foi de 67%, com seis dos nove inscritos aprovados. Os candidatos que participaram do curso representaram 37,35% do total de aprovados na seleção do PPGE de 2023.

Na seleção de 2023, quatro candidatos se inscreveram através das ações afirmativas, sendo o dobro das inscrições nesta modalidade em comparação ao ano anterior. Apesar da procura ainda ser baixa, esse aumento pode indicar o começo de uma maior inserção de grupos “minorizados” no PPGE. Neste ponto, é importante ressaltar a necessidade de incentivar continuamente a inscrição e a participação destes grupos na pós-graduação. Dos quatro candidatos, três se inscreveram através das cotas raciais e um através da cota destinada a pessoas transgêneros, sendo esta última a única pessoa inscrita na seleção através de ações afirmativas que não participou do curso preparatório. Aqui é necessário ressaltar que o PPGE não faz distinção quanto ao tipo de cota, ou seja, todos os candidatos contemplados pelas ações afirmativas competem entre si pelas vagas reservadas. O PPGE destina 20% das vagas disponíveis para as ações afirmativas (PPGE/UFRJ 2023). Isto representa apenas três vagas reservadas a essa modalidade de ingresso, já que o programa disponibiliza um total de 15 vagas para o mestrado e 15 vagas para o doutorado por seleção. Dos quatro candidatos inscritos pelas cotas, apenas dois foram aprovados no processo seletivo e ambos participaram do curso preparatório.

Neste estudo, um dos nossos objetivos iniciais era comparar os resultados entre as seleções dos anos de 2018, 2019 e 2020, os últimos três anos sem ações afirmativas, com as seleções de 2021, 2022 e 2023, que incluíram ações afirmativas em seu edital. Entretanto, não foi possível realizar esta comparação, pois o PPGE não coletava informações sobre raça e classe social. A ausência de registro destas informações, infelizmente, é comum em ambientes acadêmicos e, com isso, a trajetória de pessoas pertencentes a estes grupos fica invisibilizada, bem como as dificuldades enfrentadas por eles para acessar, permanecer e seguir adiante na carreira acadêmica (Diele-Viegas *et al.* 2022). Embora a política de cotas tenha se tornado obrigatória nas pós-graduações recentemente (Brasil 2023), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior recomenda a adoção de cotas nas pós-graduações desde 2016 (Brasil 2016). O PPGE passou a adotar ações afirmativas apenas em 2021, após mobilização de discentes do programa. Os resultados da seleção de 2023 mostram que iniciativas como o curso preparatório, em especial se apoiadas por uma política de cotas, podem auxiliar o acesso à pós-graduação destes grupos minorizados, uma vez que boa parte dos inscritos que realizou a prova e assistiu às aulas do curso foi aprovada. Não encontramos estudos reportando a eficácia numérica destes cursos, porém os cursos preparatórios já têm sido adotados em algumas pós-graduações brasileiras (Vanali & Silva 2019, Silva & Barbosa 2021), com destacados benefícios em termos de solidariedade, letramento social e racial, resistência à meritocracia e descolonização dos espaços acadêmicos (Silva & Barbosa 2021, Silva 2023).

Além da diversificação do corpo discente do programa de pós-graduação, a organização do curso preparatório pode alcançar também resultados indiretos e subjetivos de acordo com a experiência dos envolvidos no projeto. Perrin-Stowe *et al.* (2022) abordaram a importância de discutir temas relacionados a povos negros, indígenas e tradicionais na formação de uma visão crítica de docentes e discentes universitários. Segundo os autores, a discussão em torno de temas como racismo e representatividade tem o potencial de formar cidadãos críticos e ativos em questões de diversidade e inclusão em contextos que vão além dos muros da universidade (Perrin-Stowe *et al.* 2022). Assim, organizar atividades como este curso preparatório

tem o potencial de ampliar o conhecimento e a atuação social dos envolvidos em questões antirracistas e na inclusão e respeito à diversidade.

Assim como acontece na graduação, políticas de acesso não são suficientes para garantir a democratização e a diversidade da ciência. Grupos historicamente excluídos evadem da carreira acadêmica e/ou enfrentam maiores desafios no campo da ecologia por razões como discriminação racial e/ou social, assédio moral e/ou sexual (Primack *et al.* 2023). Esta desvalorização também se estende para os critérios de produtividade e sucesso na academia, onde se identificam vieses estruturais em processos como publicação de artigos e concessão de financiamento (Maas *et al.* 2021, Diele-Viegas *et al.* 2022). A revisão por pares desempenha um papel fundamental no processo científico e no avanço da carreira de cientistas (Smith *et al.* 2023). No entanto, o viés presente em várias etapas desse processo perpetua barreiras para grupos historicamente excluídos, causando prejuízos aos autores pertencentes a estes grupos (Smith *et al.* 2023).

No Brasil, assim como na maior parte da América Latina, há ainda um forte componente político-social referente à desvalorização dos pós-graduandos, como a escassez de investimentos em pesquisa, falta de domínio da língua inglesa, a exigência de dedicação exclusiva, o baixo valor das bolsas de pós-graduação, a falta de perspectiva na construção da carreira acadêmica, o curto período de licença-maternidade e a ausência de direitos trabalhistas (Ambiel *et al.* 2020, Lopez-Verges *et al.* 2021, Valenzuela-Toro & Viglino 2021, Yañez-Serrano *et al.* 2022, Amano *et al.* 2023). Todos estes são fatores que desmotivam e excluem pessoas oriundas de classes econômicas desfavorecidas, onde negros são maioria, a seguir uma carreira acadêmica. Portanto, é preciso também pensar políticas e ações de permanência para estes grupos de futuros cientistas. Neste sentido, ações podem ser tomadas em diferentes escalas para gerar uma demanda por mudanças estruturais nas instituições como a organização de coletivos de alunos e implementação de códigos de conduta nos departamentos (Cronin *et al.* 2021).

Por fim, é necessário que os espaços acadêmicos se tornem antirracistas (Pinheiro 2023). As leis nº 10.639 (Brasil 2003) e nº 11.645 (Brasil 2008) visam contribuir para uma educação antirracista ao incluir o ensino de história e cultura afrobrasileira e indígena em todo o currículo escolar, enquanto

nas universidades esforços têm sido feitos no sentido de contemplar conhecimentos tradicionais nos currículos acadêmicos (Guimarães *et al.* 2016, Albernaz & Carvalho 2022). No âmbito da legislação ambiental, a Lei da Biodiversidade (Brasil 2015) estabelece a proteção dos conhecimentos tradicionais e a participação dos povos tradicionais na tomada de decisões sobre assuntos relacionados à conservação e uso sustentável de seus conhecimentos associados ao patrimônio genético do país. Entretanto, o campo da biologia e da ecologia ainda é estruturado sobre ensinamentos racistas, como a eugenia e o darwinismo social, que se utilizam de falácias como a superioridade branca para justificar a colonização e que desprezam os conhecimentos africanos e indígenas, classificando-os como inferiores ou crendices (Cronin *et al.* 2021). As desigualdades reproduzidas no ambiente acadêmico têm raízes nas desigualdades de gênero, raça e classe sobre as quais nossa sociedade se estrutura. A valorização de nossa diversidade social e cultural nos espaços acadêmicos é extremamente benéfica devido à riqueza de conhecimentos que é agregada, ao senso de pertencimento provocado nesses grupos minorizados e devido ao exercício de ações que promovem justiça social (Silva & Martins 2021). Ações sobre inclusão e igualdade precisam ser praticadas pelos cientistas, que são também educadores, no decorrer de sua trajetória profissional e através de ações fora do contexto acadêmico. Apenas assim, seremos capazes de criar uma ciência que respeita e inclui a diversidade de conhecimentos e pessoas, e que é também uma ciência representativa da população brasileira.

Frente a tamanhos desafios, o curso preparatório conta com uma nova edição para a seleção do PPGE de 2024. Com a experiência adquirida no ano anterior, planejamos oferecer oficinas com temas pertinentes à preparação dos candidatos ao exame de seleção, como escrita de projeto, estatística básica e o resgate de temas da Ecologia. Além disso, ampliaremos os grupos de discussão abordando também conteúdos de língua inglesa. Sabemos que o inglês é uma barreira para pesquisadores que não são falantes nativos de língua inglesa (Amano *et al.* 2023), especialmente para pessoas que não tiveram a oportunidade de aprendê-la devidamente no ensino básico. Esperamos que o curso preparatório seja abraçado pelas futuras gerações de mestrandos e doutorandos do PPGE/UFRJ, pelos docentes do

programa, e que os resultados positivos que trazemos nesta nota sensibilizem discentes e docentes de outras pós-graduações que não contam ainda com iniciativas semelhantes, pois o curso preparatório é uma valiosa ferramenta de transformação social, inclusão e justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores André Dias e Rita Portela por todo o apoio; ao professor Rodrigo Tardin, pela contribuição com as aulas; ao Dr. Alan Braz, pelo apoio com os grupos de discussão; e ao Dr. Bruno Eleres, pelo incentivo ao nosso trabalho. Especialmente, agradecemos a todos os alunos do curso preparatório, que confiaram na nossa iniciativa.

REFERÊNCIAS

- Albernaz, P. C., & Carvalho, J. J. 2022. Encontro de saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. *Horizontes Antropológicos*, 28(63), 334–358. DOI: 10.1590/S0104-71832022000200012
- Amano, T., Ramírez-Castañeda, V., Berdejo-Espinola, V., Borokini, I., Chowdhury, S., Golivets, M., González-Trujillo, J. D., Montañó-Centellas, F., Paudel, K., White, R. L., & Veríssimo, D. 2023. The manifold costs of being a non-native English speaker in science. *PLoS Biology*, 21(7), 1–27. DOI: 10.1371/journal.pbio.3002184
- Ambiel, R. A. M., Costa, A. R. L., Jesuino, A. D. S. A., Camilo, C. C., & Zuchetto, S. R. 2020. Motivos de evasão na pós-graduação no Brasil: um instrumento de medida. *Interação em Psicologia*, 24(1), 20–30 DOI: 10.5380/psi.v24i1.62231
- Brasil. 2003. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. (Acesso em 30/11/2023, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm).
- Brasil. 2008. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. (Acesso em 06/12/2023, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm).
- Brasil. 2012. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF. (Acesso em 15/12/2023, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).
- Brasil. 2015. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. (Acesso em 06/12/2023, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm).
- Brasil. 2016. Portaria Normativa Nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, nº 90, seção 1, Brasília, DF. (Acesso em 30/11/2023, em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473>).
- Brasil. 2023. Lei nº 14.723, de 13 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. *Diário Oficial da União*, nº 216, seção 1, Brasília, DF. (Acesso em 30/11/2023, em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.723-de-13-de-novembro-de-2023-522879298>).

- Cândido, M. 2023. Como anda a inclusão de mulheres na ciência brasileira? Três modos de observar os dados. Nexo Políticas Públicas. (Acesso em 23/01/2023, em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2023/03/23/como-anda-a-inclusao-de-mulheres-na-ciencia-brasileira-tres-modos-de-observar-os-dados>).
- Carreira, D. & Heringer, R. 2021. Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: Resultados e desafios futuros. Nexo Políticas Públicas. (Acesso em 24/01/2024, em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2021/avalia%20a%70%20das-pol%20adticas-de-a%20a%70%20afirmativa-no-ensino-superior-no-brasil-resultados-e-desafios-futuros>).
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2022. Pós-graduação brasileira tem maioria feminina. (Acesso em 24/02/2023, em <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioriafeminina#:~:text=No%20Brasil%2C%20elas%20representam%2054%2C%2058%25%20s%20mulheres>).
- Costa, A. L., & Picanço, F. 2020. Para além do acesso e inclusão: impactos da raça sobre a evasão e conclusão do ensino superior. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(2), 281–306. DOI: 10.25091/s01013300202000020003
- Cronin, M. R., Alonzo, S. H., Adamczak, S. K., Baker, D. N., Beltran, R. S., Borker, A. L., Favilla, A. B., Gatins, R., Goetz, L. C., Hack, N., Harenčár, J. G., Howard, E. A., Kustra, M. C., Maguiña, R., Martinez-Estevez, L., Mehta, R. S., Parker, I. M., Reid, K., Roberts, M. B., Shirazi, S. B., Tatom-Naecker, T. A. M., Voss, K. M., Willis-Norton, E., Vadakan, B., Valenzuela-Toro, A. M., & Zavaleta, E. S. 2021. Anti-racist interventions to transform ecology, evolution and conservation biology departments. *Nature Ecology and Evolution*, 5(9), 1213–1223. DOI: 10.1038/s41559-021-01522-z
- Diele-Viegas, L. M., Sales, L. P., Slobodian, V., Virginio, F., Sousa, S. A., Pareja-Mejía, D., Bacon, C. D., Mugarte, A. S. X., Amati-Martins, I., Dias-Silva, F., Araújo, O. G. S., Nassif, J., Carvalho, M., Luz, C., Soares, B. E., Pêgas, R. V., & Souza, L. G. 2022. Productivity in academia: When the rules determine the losers. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 10, 1–5. DOI: 10.3389/fevo.2022.1021812
- Friesenhahn, I., & Beaudry, C. 2014. The global state of young scientists: Project report and recommendations. Berlin: Akademie Verlag: p. 66.
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. 2022. Apesar do aumento de pessoas negras na universidade, cenário ainda é de iniquidade. São Paulo, SP. (Acesso em 25/05/2023, em <https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/>).
- Gomes, D. C., Souza, D. C. C., Júnior, J. F., Silva, L. B., & Trópia, P. V. 2019. V pesquisa nacional do perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES. Relatório Técnico. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE, Brasília. p. 318.
- Guimarães, C., Oliveira, L., Brasil, A. G., Tugny, R. P., Takahashi, R., Tugny, A., Moura, M. A., Oliveira, F., Altivo, B. R., & Furiati, P. 2016. Por uma universidade pluriepistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG. *Tessituras - Revista de Antropologia e Arqueologia*, 4(2), 179–201. DOI: 10.15210/tes.v4i2.9762
- Hipolito, J., Shirai, L. T., Halinski, R., Guidolin, A. S., Pini, N. S. D., Pires, C. S. S., Querino, R. B., Quintela, E. D., & Gouveia, E. M. 2021. The gender gap in Brazilian entomology: an analysis of academic scenario. *Neotropical Entomology*, 50(6), 859–872. DOI: 10.1007/s13744-021-00918-7
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 4: Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 1ª Edição. Notas Técnicas, Rio de Janeiro. p. 12.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Estatísticas de gênero: indicadores sociais de mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, 38. p 12.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Características gerais dos moradores 2020-2021. Relatório Técnico. Rio de Janeiro. (Acesso em 24/01/2024, em <https://static>).

- poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf).
- Lopez-Verges, S., Valiente-Echeverria, F., Godoy-Faúndez, A., Rivas, D. F., Urbani, B., Berger, J. J., & Carmona-Mora, P. 2021. Call to action: Supporting Latin American early career researchers on the quest for sustainable development in the region. *Frontiers in Research Metrics and Analytics*, 6, 1-6. DOI: 10.3389/frma.2021.657120
- Maas, B., Pakeman, R. J., Godet, L., Smith, L., Devictor, V., & Primack, R., 2021. Women and Global South strikingly underrepresented among top-publishing ecologists. *Conservation Letters*, 14(4), 1–9. DOI: 10.1111/conl.12797
- Machado, L. S., Perlin, M., Soletti, R. C., Silva, L. K. R., Schwartz, I. V. D., Seixas, A., Ricachenevsky, F. K., Neis, A. T., & Staniscuaski, F. 2019. Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering, Canada, 1(1), 37–40. DOI: 10.1109/GE.2019.00017
- Martins, E., Novaes, L. C., & Gama, E. D. 2021. O acesso de estudantes negros à pós-graduação: um estudo sobre inclusão étnico-racial em universidades públicas. *Educere et educare*, 16(19), 120–147. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476
- Perrin-Stowe, T. I. N., Horner, M., Coon, J. J., Lynch, L. R., Flamingh, A., Alexander, N. B., Golebie, E., Swartz, T. M., Bader, A. C., & Halsey, S. J. 2022. “Where do I even start?” Recommendations for faculty diversifying syllabi in ecology, evolution, and the life sciences. *Ecology and Evolution*, 13(1), 1-15. DOI:10.1002/ece3.9719
- Pessoa, C. 2023. Projeto de lei prevê cotas para trans e travestis em universidades do Rio. *Radioagência Nacional*. Rio de Janeiro, RJ. (Acesso em 25/05/2023, em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-02/projeto-preve-cotas-para-trans-e-travestis-nas-universidades-do-rio>).
- Pinheiro, B. C. S. 2023. *Como ser um educador antirracista*. 3ª Edição. São Paulo: Planeta Brasil: p. 160.
- Piovesan, F. 2005. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), 43–55. DOI: 10.1590/S0100-15742005000100004
- PPGE/UFRJ –Programa de Pós-Graduação em Ecologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2023. Edital nº 1181. de 21 de setembro de 2023 - Edital de seleção de candidatos aos cursos de mestrado e doutorado em ecologia - turma de 2024/1. (Acesso em 15/12/2023, em <https://ppge.ufrj.br/ingresso/edital-de-selecao-mestrado-doutorado>).
- Primack, R.B., Miller, T.K., Terry, C., Marín-Spiotta, E., Templer, P.M., Berhe, A.A., Vallejo, A.J.D., Hastings, M.G., Magley, V.J., Mattheis, A., Schneider, B.B., Barnes, R.T. 2023. Historically excluded groups in ecology are undervalued and poorly treated. *Frontiers in Ecology and Environmen*, 21(8), 1–7. DOI: 10.1002/fee.2613
- Santos, C.M. 1998. O acesso ao ensino superior no Brasil: a questão da elitização. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, 6(19), 237–257.
- Silva, R. N. 2023. Por uma ética coletiva negra: os cursos preparatórios para Pós-Graduação e o tensionamento do dispositivo meritocrático da Universidade. *Tese de Doutorado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 264.
- Silva, R. N. & Barbosa, Z. M. 2021. Comunidade de aprendizado na pós-graduação: cursos preparatórios em uma dialogia que nasce da solidariedade. *Comunicação e Educação*, 26(2), 149–164. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v26i2p149-164
- Smith, O. M., Davis, K. L., Pizza, R. B., Waterman, R., Dobson, K. C., Foster, B., Jarvey, J. C., Jones, L. N., Leuenberger, W., Nourn, N., Conway, E. E., Fiser, C. M., Hansen, Z. A., Hristova, A., Mack, C., Saunders, A. N., Utley, O. J., Young, M. L., & Davis, C. L. 2023. Peer review perpetuates barriers for historically excluded groups. *Nature Ecology and Evolution*, 7(4), 512–523. DOI: 10.1038/s41559-023-01999-w
- Spizzirri, G., Eufrásio, R., Lima, M. C. P., Nunes, H. R. C., Kreukels, B. P. C., Steensma, T. D., & Abdo, C. H. N. 2021. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, 11(1), 1-7. DOI: 10.1038/s41598-021-81411-4
- Valenzuela-Toro, A. M., & Viglino, M. 2021. How Latin American researchers suffer in science. *Nature*, 598(1), 374–375. DOI: 10.1038/d41586-021-02601-8

- Vanali, A. C., & Silva, P. V. B. 2019. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. *Cadernos de Pesquisa*, 47(171), 86–108. DOI: 10.1590/198053145911
- Yañez-Serrano, A. M., Aguilos, M., Barbosa, C., Bolaños-Ortiz, T. R., Carbone, S., Díaz-Lopez, S., Diez, S., Dominutti, P., Engelhardt, V., Alves, G., Pedraza, J., Saturno, J., & Tzompa-Sosa, Z. A. 2022. The Latin America Early Career Earth System Scientist Network (LAECESS): Addressing present and future challenges of the upcoming generations of scientists in the region. *NPJ Climate and Atmospheric Science*, 5(1), 79. DOI: 10.1038/s41612-022-00300-3

MATERIAL SUPLEMENTAR

Figura S1: Formulário utilizado para a inscrição de candidatos no curso preparatório em 2022.

Figure S1: Form used for registration of candidates to preparatory course in 2022.

Submetido em: 15/09/2023

Aceito em: 25/01/2024

Published online: 08 February 2024

Editor Associado: Ana Cláudia Delciellos